

***UNYLEYA S.A.***  
***Participações***  
***e Controladas***

*Demonstrações Financeiras*  
*Referentes ao Exercício Findo em*  
*31 de Dezembro de 2018 e*  
*Relatório dos Auditores Independentes*  
*sobre as Demonstrações Financeiras*  
*individuais e consolidadas*

**Índice**

Relatório dos auditores independentes .....	3
---	---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
----------------------------	---

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	8
----------------------------------	---

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado) .....	9
---	---

Demonstrações dos fluxos de caixa – MÉTODO INDIRETO.....	10
--	----

**NOTAS EXPLICATIVAS**

1. Informações gerais .....	11
-----------------------------	----

2. Principais práticas contábeis.....	13
---------------------------------------	----

3. Alterações de políticas contábilísticas, julgamentos, estimativas e correção de erros fundamentais .....	26
---	----

4. Empresas incluídas na consolidação .....	34
---	----

5. Caixa e equivalentes de caixa .....	34
--	----

6. Contas a receber.....	35
--------------------------	----

7. Estoques.....	36
------------------	----

8. Tributos – correntes e diferidos .....	36
---	----

9. Demais contas a receber.....	37
---------------------------------	----

10. Outros ativos não correntes .....	37
---------------------------------------	----

11. Ativos financeiros disponíveis para venda .....	38
---	----

12. Ativos fixos tangíveis .....	38
----------------------------------	----

13. Ativos intangíveis .....	40
------------------------------	----

14. Goodwill - ágio .....	41
---------------------------	----

15. Empréstimos e financiamentos.....	42
---------------------------------------	----

16. Fornecedores e contas a pagar .....	42
---	----

17. Outros passivos correntes .....	42
-------------------------------------	----

18. Provisões.....	43
--------------------	----

19. Capital próprio .....	44
---------------------------	----

20. Informações por segmento de negócio .....	45
---	----

21. Custos e despesas por natureza .....	46
--	----

22. Resultado financeiro.....	46
-------------------------------	----

23. Transações com partes relacionadas.....	47
---	----

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PAR 19/006

Aos Administradores e Conselheiros da  
**UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.**  
Brasília – DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de fevereiro de 2019.



**bakertilly**  
**auditores independentes**



**Cristina Braga de Oliveira**  
Contadora – CRCMG 079371/O-6  
**baker tilly auditores independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1

## Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira

em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

Reais

	Notas	Controladora (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>ACTIVO</b>					
<b>Activo corrente</b>					
Caixa e seus equivalentes	5	463 303	27 219	865 085	177 015
Contas a receber	6	25 046 336	16 345 470	30 328 321	19 153 767
Estoques	7	278 291	418 951	278 291	418 951
Tributos a recuperar	8	8	206 471	125 681	281 348
Demais contas a receber	9	211 799	374 459	493 527	635 539
<b>Total de activos correntes</b>		<b>25 999 736</b>	<b>17 372 570</b>	<b>32 090 905</b>	<b>20 666 620</b>
<b>Activo não corrente</b>					
Outros activos não correntes	10	5 529 666	7 959 555	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	11	4 300 515	2 929 170	-	-
Activos fixos tangíveis	12	2 353 736	2 182 197	3 363 412	2 894 924
Activos intangíveis	13	3 913 338	4 371 391	4 441 098	5 007 702
Goodwill	14	2 500 000	2 500 000	2 500 860	4 250 855
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>18 597 255</b>	<b>19 942 313</b>	<b>10 305 370</b>	<b>12 153 481</b>
<b>Total do activo</b>		<b>44 596 991</b>	<b>37 314 883</b>	<b>42 396 275</b>	<b>32 820 101</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>					
<b>Passivo corrente:</b>					
Empréstimos	15	2 057 017	1 665 102	2 057 017	1 665 102
Fornecedores e contas a pagar	16	4 810 049	4 105 451	5 540 606	5 237 933
Tributos a pagar	8	1 749 078	1 044 150	2 159 063	1 920 874
Outros passivos correntes	17	5 549 691	2 967 534	8 019 208	5 590 655
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>14 165 834</b>	<b>9 782 237</b>	<b>17 775 894</b>	<b>14 414 564</b>
<b>Passivo não corrente:</b>					
Provisões	18	7 191 473	9 683 763	275 677	235 677
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>7 191 473</b>	<b>9 683 763</b>	<b>275 677</b>	<b>235 677</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>21 357 307</b>	<b>19 466 000</b>	<b>18 051 571</b>	<b>14 650 241</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>					
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	19	7 110 172	7 110 172	7 110 172	7 110 172
Reservas de lucro	19	16 129 512	10 738 711	16 130 368	10 738 228
<b>Patrimônio líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe</b>		<b>23 239 684</b>	<b>17 848 883</b>	<b>23 240 540</b>	<b>17 848 400</b>
Interesses não controladores		-	-	1 104 164	321 460
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>23 239 684</b>	<b>17 848 883</b>	<b>24 344 704</b>	<b>18 169 860</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>44 596 991</b>	<b>37 314 883</b>	<b>42 396 275</b>	<b>32 820 101</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# Demonstrações do Resultado

exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

	Notas	Controladora (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Reais
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
<b>RECEITAS</b>						
Vendas	20	82 953 087	62 767 741	103 692 747		90 903 646
Prestações de serviços	20	18 059 486	16 008 474	33 218 682		32 452 633
Custo dos livros vendidos	21	(1 227 572)	(912 102)	(1 715 848)		(1 224 402)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>99 785 001</b>	<b>77 864 113</b>	<b>135 195 581</b>		<b>122 131 877</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>						
Outras receitas operacionais	20	7 304 455	3 791 386	1 850 890		1 964 156
Fornecimentos e serviços externos	21	(32 905 955)	(33 397 388)	(50 241 448)		(52 082 684)
Custos com o pessoal	21	(15 865 027)	(11 200 406)	(34 695 772)		(28 754 979)
Depreciações e amortizações do exercício	21	(3 592 687)	(2 944 509)	(4 302 797)		(4 098 948)
Provisões e perdas por imparidade	21	(5 072 803)	(4 327 205)	(5 071 312)		(7 062 019)
Outros custos operacionais	21	(9 004 301)	(11 657 817)	(4 496 704)		(1 923 616)
		<b>(59 136 318)</b>	<b>(59 735 939)</b>	<b>(96 957 143)</b>		<b>(91 958 090)</b>
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>		<b>40 648 683</b>	<b>18 128 174</b>	<b>38 238 438</b>		<b>30 173 787</b>
Rendimentos e ganhos financeiros	22	1 129	43 263	1 489		12 290
Custos e perdas financeiros	22	(977 552)	(1 365 084)	(1 016 493)		(1 326 082)
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(976 423)</b>	<b>(1 321 821)</b>	<b>(1 015 004)</b>		<b>(1 313 792)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>39 672 260</b>	<b>16 806 353</b>	<b>37 223 434</b>		<b>28 859 995</b>
Imposto sobre o rendimento		(4 506 292)	(3 187 574)	(6 352 982)		(6 276 921)
<b>Resultado consolidado líquido do exercício</b>		<b>35 165 968</b>	<b>13 618 779</b>	<b>30 870 452</b>		<b>22 583 074</b>
Atribuível a:						
Accionistas da empresa-mãe		-	-	29 778 637		21 536 029
Interesses não controladores		-	-	1 091 814		1 047 046
		<b>35 165 968</b>	<b>13 618 779</b>	<b>30 870 451</b>		<b>22 583 074</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



# Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reserva de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Dividendos	Reserva de lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		7 110 172	-	1 993 936	-	4 394 932	-	13 499 040
Aumento de capital	15	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participações financeiras	15	-	-	4 807	-	-	-	4 807
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	-	21 536 029	21 536 029
Utilização de reservas	15	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	15	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos	15	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	-	(17 190 992)	(17 190 992)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>7 110 172</b>	<b>-</b>	<b>1 998 743</b>	<b>-</b>	<b>4 394 932</b>	<b>4 345 037</b>	<b>17 848 884</b>
Adoção inicial a norma CPC 48 / IFRS 9	15	-	-	-	-	(1 071 696)	-	(1 071 696)
<b>SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2018</b>		<b>7 110 172</b>	<b>-</b>	<b>1 998 743</b>	<b>-</b>	<b>3 323 236</b>	<b>4 345 037</b>	<b>16 777 188</b>
Aumento de capital	15	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participações financeiras	15	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	-	29 778 637	29 778 637
Utilização de reservas	15	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	15	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos	15	-	-	-	-	4 345 037	(4 345 037)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	-	(23 315 284)	(23 315 284)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>		<b>7 110 172</b>	<b>-</b>	<b>1 998 743</b>	<b>-</b>	<b>7 668 273</b>	<b>6 463 353</b>	<b>23 240 540</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# Demonstrações dos Fluxos de Caixa

exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

	Notas	Reais			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		39 672 258	29 438 172	37 223 434	28 859 995
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	6 e 7	3 592 687	3 437 637	4 302 797	4 098 948
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	5 032 803	6 817 862	5 031 312	7 027 019
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17	40 000	35 000	40 000	35 000
Encargos financeiros de empréstimos	22	977 552	1 136 754	1 016 493	1 326 082
Rendimento de títulos e valores mobiliários	22	-	(6)	(1 489)	(12 290)
Equivalência patrimonial		(7 644 011)	(8 725 059)	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) em contas a receber	11	(13 733 669)	(13 220 917)	(16 205 866)	(14 315 671)
(Aumento) redução nos estoques	10	140 660	110 875	140 660	110 875
(Aumento) redução em tributos a recuperar	12	206 463	(190 331)	155 667	(202 354)
(Aumento) redução nos demais ativos	9 e 13	(6 032 022)	(7 959 555)	512 685	528 593
Aumento (redução) em fornecedores	18	704 598	(483 185)	302 673	(350 697)
Aumento (redução) nos demais passivos	19	2 582 157	557 308	2 428 553	412 553
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		25 539 477	10 954 556	34 946 919	27 518 053
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4 506 292)	(3 462 552)	(6 114 793)	(6 208 526)
Juros de empréstimos pagos	22	(977 552)	(1 136 754)	(1 015 004)	(1 313 792)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>20 055 633</b>	<b>6 355 250</b>	<b>27 817 122</b>	<b>19 995 735</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Adições de imobilizado tangível	7	(1 135 848)	(1 072 682)	(1 769 319)	(1 380 588)
Adições de imobilizado intangível	6	(1 564 934)	(2 096 865)	(2 436 364)	(3 083 849)
Distribuição de dividendos		(23 315 284)	(21 144 474)	(23 315 284)	(17 190 992)
Recebimento de dividendos		6 004 603	16 070 026	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(20 011 464)</b>	<b>(8 243 994)</b>	<b>(27 520 967)</b>	<b>(21 655 429)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Contratação de empréstimos e financiamentos	16	391 915	1 582 775	391 915	1 389 896
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>391 915</b>	<b>1 582 775</b>	<b>391 915</b>	<b>1 389 896</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>436 084</b>	<b>(305 969)</b>	<b>688 070</b>	<b>(269 799)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	27 219	333 188	177 015	446 814
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14	463 303	27 219	865 085	177 015
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>436 084</b>	<b>(305 969)</b>	<b>688 070</b>	<b>(269 799)</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UNYLEYA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A UNYLEYA Editora e Cursos S.A., com sede no S I A, Trecho 17, Rua 10, Lote 456, Guar, Brasília, Distrito Federal, e suas controladas (“Companhia” ou “UnYLeYa”) tem como principais atividades a oferta de cursos de graduação e de pos-graduação  distância; cursos de preparação para concursos publicos e o comercio de livros didaticos.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa não 4.

**Auditoria Independente**

Informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Baker Tilly Brasil Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras individuais (UnYLeYa Editora e Cursos S.A.; IMP Editora e Cursos, Ltda; Nova Educação, Ltda; UNYTECH - UnYLeYa Tecnologia, Ltda; UnYEAD, S.A.; IMP Editora Online, Ltda; ISCAB – Instituto Superior de Ciências Avançadas do Brasil S.A.; UNYLEYA SocioAmbiental, Ltda) e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”).

**Declaração Diretoria Executiva**

A Diretoria da UnYLeYa, S.A. declara, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Baker Tilly Auditores Independentes, emitido em 28 de fevereiro de 2019; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 2.2 Mudanças nas principais políticas contábeis

#### CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros substitui o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: (i) classificação e mensuração; (ii) imparidade; e (iii) contabilidade de hedge.

A Companhia aplicou o CPC 48 / IFRS 9 com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo:

- A Companhia adotou a exceção de não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores em relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo perdas por redução ao valor recuperável). As diferenças nos saldos de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram registradas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Assim, as informações apresentadas para 2017 geralmente não refletem os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, mas os requerimentos do IAS 39;
- Determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é

mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e

- Todas as designações de relacionamento de *hedge* de acordo com o IAS 39 existentes em 31 de dezembro de 2017 atendem aos critérios de *hedge* de acordo com o IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, designadas como relações de *hedge* contínuas.

O impacto total sobre a Companhia, de ajuste de adoção inicial, em 1º de janeiro de 2018, é o seguinte:

<b>ATIVO</b>	
Contas a receber de clientes	(1 071 696)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
Reserva de lucros	(1 071 696)

#### **Classificação e mensuração**

Exceto por certos recebíveis comerciais, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio de resultado (VJR), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam “apenas pagamentos de principal e juros” sobre o montante de capital em dívida.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

A avaliação dos modelos de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018 e posteriormente aplicada retrospectivamente aos ativos financeiros que não foram desreconhecidos antes de 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são unicamente compostos de principal e juros foi feita com base nos fatos e circunstâncias como no reconhecimento inicial dos ativos.

A contabilização dos passivos financeiros da Companhia permanece basicamente a mesma da IAS 39. Semelhante aos requisitos da IAS 39, o CPC 48 / IFRS 9 exige que contraprestações contingentes sejam tratadas como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Os derivativos embutidos não são separados do ativo financeiro vinculado. Em vez disso, os ativos financeiros são classificados com base em seus termos contratuais e no modelo de negócios da Companhia.

A contabilização de derivativos embutidos em passivos financeiros e em contratos não financeiros vinculados não mudou do exigido pela IAS 39.

#### **Impairment**

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 alterou fundamentalmente a contabilização da Companhia para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para seu contas a receber. É aplicada a abordagem simplificada da norma e calculadas as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A adoção dos requisitos de perda de crédito esperada do CPC 48 / IFRS 9 resultou em aumento nas provisões para perdas da Companhia no montante de R\$1.304.019. O aumento na provisão resultou em ajuste aos prejuízos acumulados no montante de R\$1.071.696 e custo com perdas de imparidade do exercício de 2018 no montante de R\$232.323.

A redução ao valor recuperável, enquadra-se entre as isenções do princípio geral de aplicação desta norma para exercícios comparativos. A Companhia utilizou o modelo de transição sem reapresentação de saldo comparativo, reconhecendo os impactos da adoção da norma nas reservas de lucros.

#### **Hedge accounting**

O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros prevê uma abordagem de contabilização de hedge com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios do que na atual abordagem prevista no CPC 38/IAS 39. Uma das principais alterações da norma está na mensuração da efetividade. O CPC 38/IAS 39 define o percentual para cálculo (80% a 125%), enquanto, a nova norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

### **CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente**

O CPC 47 / IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação;
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia, ao avaliar os contratos com cliente, utiliza julgamento para identificar se os contratos podem ser combinados, se há modificações de contratos, determinar serviços distintos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou em determinado momento, se há descontos implícitos no contato e determinar componentes de financiamento significativos. Além disso, a Companhia faz uso de estimativas ao determinar a contraprestação variável e seus preços de serviços individuais quando utilizar metodologia de alocação.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos significativos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras consolidadas.

Registramos todas as vendas de serviços somente quando um contrato ou acordo está em vigor, à medida que os serviços são prestados e a cobrança do preço de serviço fixo ou determinável está razoavelmente assegurado. Nós reconhecemos qualquer perda que esperamos incorrer nestes acordos quando essa perda for provável.

A Companhia não espera ter nenhum contrato em que o período entre a transferência dos serviços prometidos para o cliente e o pagamento pelo cliente exceda um ano sem aplicação de índices de correção. Como consequência, a Companhia não ajusta nenhum dos preços das transações pelo valor do dinheiro no tempo.



## 2.3 Base de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, conforme se identifica na Nota 4.

Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

### a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo (i) detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo e utilizada pelo Grupo); (ii) se encontre exposto ou tenha direitos e retornos variáveis do seu envolvimento nas operações da participada; e (iii) tenha a capacidade de usar os seus direitos de voto para afetar o seu retorno, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação global. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e nas demonstrações consolidadas dos resultados e dos rendimentos integrais, respetivamente, na rubrica "Interesses não controladores". As empresas incluídas na consolidação encontram-se indicadas na Nota 4.

Na contabilização das concentrações empresariais o custo da concentração corresponde ao justo valor dos ativos entregues, passivos e passivos contingentes assumidos à data da aquisição, conforme preconizado no IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos líquidos adquiridos é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como resultado do exercício. Os interesses de acionistas sem controlo são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados ou pelo justo valor atribuído aos mesmos de acordo com critérios definidos.

Os resultados das filiais adquiridas são incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às adotadas pelo Grupo. As transações, os saldos

e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

#### **Apresentação de relatórios por segmento operacional**

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

## **2.5 Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS e CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas no final do período de relatório. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas de forma prospectiva.

## **2.6 Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

## **2.7 Contas a receber de clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e ou prestação de serviços pela Companhia.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “impairment” de ativos financeiros ao custo amortizável. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber.

## **2.8 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

## 2.9 Imobilizado

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

Considera-se como custo de aquisição o preço de compra adicionado às despesas imputáveis à compra.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos quando incorridos. Os gastos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos ativos fixos tangíveis são capitalizados e depreciados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao ativo e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição e começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para utilização. Os ganhos e perdas nas alienações de ativos fixos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao qual estão reconhecidos, são registados em resultados.

A depreciação do valor dos ativos fixos tangíveis deduzido do seu valor residual, quando este seja estimável, é efetuada de acordo com o método da linha reta, a partir do início do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos, definida em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	5-10

(i) A vida útil considera o prazo de vencimentos dos contratos de aluguéis.

A Companhia revisou a vida útil dos seus ativos e concluiu que as taxas de amortização e depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

## 2.10 Ativos Intangíveis

### a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente, ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“*impairment*”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “*impairment*”, que não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

### b) Programas de computador (softwares) e pesquisa e desenvolvimento de projetos internos

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Companhia demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas.

A Companhia ativa substancialmente os gastos com desenvolvimento de conteúdo educacional. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios económicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais e mão de obra direta que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software/projeto* para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo.
- A Administração pretende concluir o *software/projeto* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software/projeto* pode ser vendido ou usado.

- O *software/projeto* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software/projeto*.
- O gasto atribuível ao *software/projeto* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de *software/projeto* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 6.

#### c) “*Impairment*” de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “*impairment*”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “*impairment*” em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “*impairment*”. Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação do relatório.

### 2.11 Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “*impairment*” são incorridos somente se há evidência objetiva de “*impairment*” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual,

menos qualquer prejuízo por “*impairment*” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

## **2.12 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

## **2.13 Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **2.14 Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis**

As provisões para perdas, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes**

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. As empresas do Grupo optaram pelo lucro presumido para o cálculo dos impostos sobre o lucro, exceto a empresa Nova Educação que opta pelo Lucro Real.

## **2.16 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

## **2.17 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

## **2.18 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma redução de patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## **2.19 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais à taxa de câmbio da data da transação. A cada data de reporte financeiro é efetuada a atualização cambial de ativos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que foram determinadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou



à data de reporte, são registradas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que ocorrem.

## **2.20 Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do reporte que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do reporte, se materiais, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

#### **NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EM VIGOR**

Uma série de novas normas será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo UNYLEYA não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

#### **CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos**

O Grupo UNYLEYA deverá adotar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou o potencial impacto da adoção inicial dessa norma sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar devido a determinadas premissas ainda sujeitas a refinamentos, dentre elas:

- premissas relacionadas a taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto a instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento;
- uso de taxa de desconto real (desconto de inflação);

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

**a) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário**

O Grupo UNYLEYA reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das lojas, depósitos, escritórios e outras instalações conforme descrito na nota explicativa 32.1. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo Alpargatas reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo UNYLEYA anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros do Grupo UNYLEYA.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo UNYLEYA estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de aproximadamente R\$ 8.620.113 em 1º de janeiro de 2019, e ativo de direito de uso de R\$ 8.620.113, resultante dos efeitos estimados das obrigações de arrendamentos.

**b) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador**

O Grupo UNYLEYA não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

**c) Transição**

O Grupo UNYLEYA pretende aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo UNYLEYA planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 7 e a ICPC 03/IFRIC 4.

### 1- Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2018, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

## 2- Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respectivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	1-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-20	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 1 e IAS 8– Definição de material	1-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (*Empresa*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas. (ou, se aplicável, descrever os impactos expectáveis da aplicação futura das normas)



## ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de elaborar estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos.

As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, incluem:

- Vidas úteis e reconhecimento de ativos intangíveis;
- Análises de imparidade dos ativos intangíveis, do *goodwill*, de contas a receber e de inventários;

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registradas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto no IAS 8.

#### 4. EMPRESAS ÍNCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, método de consolidação adotado e proporção do capital efetivamente detido em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Método de consolidação	2018	2017
UnYLeYa Editora e Cursos, S.A.	DF	Global	Mãe	Mãe
IMP Editora e Cursos, Ltda	DF	Global	100,0%	100,0%
Nova Educação, Ltda	DF	Global	100,0%	100,0%
UNYTECH - UnYLeYa Tecnologia, Ltda	DF	Global	100%	100%
IMP Editora Online Ltda. (i)	DF	Global	100,0%	77,8%
ISCAB - Instituto de Ciências Avançadas do Brasil, S.A. (ii)	SP	Global	100,0%	0,0%
UNYLEYA - SocioAmbiental, Ltda (iii)	DF	Global	100,0%	0,0%
UNYEAD Educacional S.A.	DF	Global	55,0%	55,0%

(i) Alteração da razão social da AVM Cursos e Serviços Educacionais Ltda

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	22 799	27 219	177 756	177 015
CDB (i)	440 505	-	687 329	-
	<b>463 303</b>	<b>27 219</b>	<b>865 085</b>	<b>177 015</b>

- i. Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 90% do CDI.

## 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Cientes e outras contas a receber</b>				
Ensino Pós Graduação a Distância	88 552 001	68 370 539	89 239 352	68 370 539
Preparatório para Concursos	-	-	8 043 867	4 184 651
Ensino Graduação a Distância	-	-	194 381	68 295
Outros	2 573 227	2 396 873	2 582 331	2 046 391
	<b>91 125 228</b>	<b>70 767 412</b>	<b>100 059 931</b>	<b>74 669 876</b>
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>				
Ensino Pós Graduação a Distância	(28 134 964)	(23 429 483)	(28 134 964)	(23 429 483)
Preparatório para Concursos	-	-	(1 092 675)	(1 094 166)
	<b>(28 134 964)</b>	<b>(23 429 483)</b>	<b>(29 227 638)</b>	<b>(24 523 649)</b>
<b>Provisão para perdas esperadas (Impairment)</b>				
Ensino Pós Graduação a Distância	(1 304 019)	-	(1 304 019)	-
	<b>(1 304 019)</b>	<b>-</b>	<b>(1 304 019)</b>	<b>-</b>
<b>Valor de matrículas efetuadas a reconhecer como receita</b>				
Ensino Pós Graduação a Distância (i)	(36 639 909)	(30 992 459)	(37 361 829)	(30 992 459)
Preparatório para Concursos	-	-	(1 838 124)	-
	<b>(36 639 909)</b>	<b>(30 992 459)</b>	<b>(39 199 953)</b>	<b>(30 992 459)</b>
<b>Contas a receber de clientes, líquidas</b>	<b>25 046 336</b>	<b>16 345 469</b>	<b>30 328 321</b>	<b>19 153 767</b>

A Companhia mensalmente constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a performance de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionada. A probabilidade de perda aumenta conforme o tempo de atraso do pagamento e quando o atraso atinge uma faixa superior a 90 dias a provisão é feita em 100%. Mesmo esse título provisionado, os esforços de cobrança continuam e os recebimentos de títulos já provisionados são reconhecidos diretamente ao resultado quando de seu recebimento. A Companhia não possui operações de desconto de duplicatas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

- i. No ensino de Pós Graduação a Distância a companhia reconhece no seu balanço o valor integral no momento da realização da matrícula. Mensalmente e por um prazo que varia entre 10 a 12 meses é reconhecida a receita na demonstração de resultados.

## Vencimentos de contas a receber – Consolidado

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2018	31/12/2017
Valores a vencer	64 343 950	45 845 664
<b>Vencidos</b>		
Até 30 dias	2 300 397	2 046 779
Entre 31 e 60 dias	1 588 456	1 241 696
Entre 61 e 90 dias	2 599 490	1 050 210
+ de 90 dias	29 227 638	24 485 525
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29 227 638)	(24 523 649)
Valor de matrículas efetuadas a reconhecer como receita	(39 199 953)	(30 992 459)
Provisão para perdas esperadas (adoção IFRS9)	(1 304 019)	-
	<b>30 328 321</b>	<b>19 153 767</b>

## 7. ESTOQUES

## Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	2018	2017
Livros e coleções "Alumnus"	448 570	494 230
Provisão para obsolescência de Livros "Alumnus"	(170 279)	(75 279)
	<b>278 291</b>	<b>418 951</b>

## 8. TRIBUTOS – CORRENTES E DIFERIDOS

## Controladora (BR GAAP)

	2018		2017	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
<b>Outros impostos (i)</b>	<b>8</b>	<b>1 749 078</b>	<b>206 471</b>	<b>1 044 150</b>
	<b>8</b>	<b>1 749 078</b>	<b>206 471</b>	<b>1 044 150</b>

	2018		2017	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
IRPJ	-	1 171 618	182 974	708 484
CSLL	8	577 460	23 497	335 667
	<b>8</b>	<b>1 749 078</b>	<b>206 471</b>	<b>1 044 150</b>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	2018		2017	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
<b>Outros impostos (i)</b>	<b>125 681</b>	<b>2 159 063</b>	<b>281 348</b>	<b>1 920 874</b>
	<b>125 681</b>	<b>2 159 063</b>	<b>281 348</b>	<b>1 920 874</b>

	2018		2017	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
IRPJ	79 686	1 468 637	246 911	1 325 918
CSLL	45 995	690 426	34 437	594 955
	<b>125 681</b>	<b>2 159 063</b>	<b>281 348</b>	<b>1 920 874</b>

**9. DEMAIS CONTAS A RECEBER**Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a fornecedores	45 678	77 196	51 356	106 065
Empregados	1 982	-	1 982	-
Outros ativos correntes	78 959	225 471	330 010	436 682
Cauções em Alugueis	85 180	55 148	106 180	76 148
Despesas antecipadas	-	16 644	4 000	16 644
	<b>211 798</b>	<b>374 459</b>	<b>493 527</b>	<b>635 539</b>

**10. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES**Controladora (BR GAAP)

	2018	2017
Divida da UNYTECH à UNYLEYA	5 507 165	7 959 555
Divida da UNYLEYA SOCIO AMBIENTAL à UNYLEYA	22 501	-
	<b>5 507 165</b>	<b>7 959 555</b>

## 11. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os investimentos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e, como tal, estão reconhecidos ao seu valor de aquisição.

### Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2017	Adições/(Dimi nuições)	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Activos financeiros disponíveis para venda:</b>			
Equivalência patrimonial em participadas	2 929 170	3 121 340	6 050 510
Acções para negociação	-	-	0
	<b>2 929 170</b>	<b>3 121 340</b>	<b>6 050 510</b>

## 12. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

### Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31 Dez 2017	Adições	Transferências	Baixas e Alienações	Saldo em 31 Dez 2018
<b>Valor bruto</b>					
Edificações e Benfeitorias	1 889 958	576 601	-	-	2 466 559
Equipamentos de Informática	2 016 229	1 052 540	-	-	3 068 768
Moveis Equipamentos e Utensilios	1 320 621	445 749	-	-	1 766 370
Bibliotecas	214 848	116 397	-	-	331 244
Equipamento de transporte	164 480	-	-	-	164 480
Outros activos fixos tangíveis	14 760	-	-	-	14 760
Projeto Norte Energia (i)	201 063	17 243	-	-	218 306
	<b>5 821 958</b>	<b>2 208 530</b>	-	-	<b>8 030 488</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>					
Edificações e Benfeitorias	(1 186 028)	(577 487)	-	-	(1 763 516)
Equipamentos de Informática	(1 276 224)	(856 802)	-	-	(2 133 026)
Moveis Equipamentos e Utensilios	(825 033)	(362 052)	-	-	(1 187 084)
Bibliotecas	(157 518)	(77 052)	-	-	(234 571)
Equipamento de transporte	(94 437)	(50 577)	-	-	(145 014)
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Projeto Norte Energia (i)	(95 048)	(118 493)	-	-	(213 541)
	<b>(3 634 289)</b>	<b>(2 042 462)</b>	-	-	<b>(5 676 752)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>2 187 669</b>				<b>2 353 736</b>

**Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	Saldo em 31 Dez 2017	Adições	Transferências	Baixas e Alienações	Saldo em 31 Dez 2018
<b>Valor bruto</b>					
Edificações e Benfeitorias	3 544 718	549 242	-	-	4 093 960
Equipamentos de Informática	3 076 345	642 285	-	-	3 718 629
Moveis Equipamentos e Utensílios	3 551 580	523 609	-	-	4 075 189
Bibliotecas	339 080	39 325	-	-	378 404
Equipamento de transporte	164 480	-	-	-	164 480
Outros activos fixos tangíveis	14 760	-	-	-	14 760
Projeto Norte Energia (i)	203 448	14 858	-	-	218 306
	<b>10 894 410</b>	<b>1 769 319</b>	-	-	<b>12 663 729</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>					
Edificações e Benfeitorias	(2 527 899)	(383 151)	-	-	(2 911 050)
Equipamentos de Informática	(2 292 785)	(452 261)	-	-	(2 745 046)
Moveis Equipamentos e Utensílios	(2 672 388)	(365 100)	-	-	(3 037 488)
Bibliotecas	(187 701)	(60 477)	-	-	(248 179)
Equipamento de transporte	(127 642)	(17 373)	-	-	(145 014)
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Projeto Norte Energia (i)	(191 071)	(22 469)	-	-	(213 541)
	<b>(7 999 486)</b>	<b>(1 300 831)</b>	-	-	<b>(9 300 317)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>2 894 924</b>				<b>3 363 412</b>

(i) projeto foi amortizado pelo período de 24 meses.

## 13. ATIVOS INTANGÍVEIS

A movimentação do intangível é conforme segue:

## Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Valor bruto</b>					
Desenvolvimento de Projetos Internos (a)	10 183 650	738 220	-	-	10 921 870
Outros activos intangíveis	1 861 768	826 714	-	-	2 688 483
	<b>12 045 419</b>	<b>1 564 934</b>	-	-	<b>13 610 353</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>					
Desenvolvimento de Projetos Internos	(6 776 603)	(1 546 933)	-	-	(8 323 536)
Outros activos intangíveis	(897 424)	(537 758)	-	-	(1 435 181)
	<b>(7 674 027)</b>	<b>(2 084 691)</b>	-	-	<b>(9 758 718)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>4 371 391</b>				<b>3 851 635</b>

## Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2017	Adições	Adições Provenientes de Adquiridas	Transferências	Baixas	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Valor bruto</b>						
Desenvolvimento de Projetos Internos (a)	10 619 866	2 020 305	-	-	-	12 640 172
Software	2 496 092	416 058	-	-	-	2 912 150
	<b>13 115 958</b>	<b>2 436 364</b>	-	-	-	<b>15 552 321</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>						
Desenvolvimento de Projetos Internos	(6 854 597)	(2 332 601)	-	-	-	(9 187 198)
Software	(1 253 659)	(670 367)	-	-	-	(1 924 026)
	<b>(8 108 256)</b>	<b>(3 002 968)</b>	-	-	-	<b>(11 111 224)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>5 007 702</b>					<b>4 441 098</b>

## a. Desenvolvimento de projetos internos

	Saldo em 31-Dez-2017	Saldo em 31-Dez-2018
Produção de conteúdo (i)	9 547 137	11 567 443
Novas unidades e novos cursos (ii)	1 072 729	1 072 729
	<b>10 619 866</b>	<b>12 640 172</b>

- i. Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada por um período de até três anos.
- ii. Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos com vida útil estimada entre cinco e dez anos, conforme segue:
  - Abertura dos polos Rio de Janeiro (RJ), Asa Sul (DF), Taguatinga (DF), São Paulo (SP), Ribeirão Preto (SP), Montes Claros (MG), Nova Lima (MG), Santos (SP), Vitória (ES) e Campos (RJ), Cuiabá (MT); ;
  - Infraestruturas operacional e tecnológica, adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
  - Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento da faculdade ILEYA "campi" e cursos.



## 14. GOODWILL - ÁGIO

Ágio pago em aquisição de controladas

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2018	Saldo em 31-Dez-2017
<i>Nova Educação, Ltda (i)</i>	-	1 749 995
<i>UNYEAD Educacional S.A. (ii)</i>	2 500 000	2 500 000
<i>IMP Editora Online (ii)</i>	860	860
	<b>2 500 860</b>	<b>4 250 855</b>

O ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

- i. Aquisição da empresa Nova Educação no segmento de negócio de preparatórios para concursos.
- ii. Refere-se ao ágio gerado em combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura.

Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida, exceto para a unidade geradora de caixa Nova Educação, que apresentou resultados negativos e baixa geração de caixa.

Para esta unidade a companhia optou por não considerar qualquer valor recuperável e provisionou uma perda total do valor.

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição do saldo de empréstimos e financiamentos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Financiamento (i)	1 968 772	1 475 460	1 968 772	1 475 460
Arrendamento mercantil financeiro (ii)	-	12 753	-	12 753
Cartão BNDES (iii)	88 245	176 889	88 245	176 889
	<b>2 057 017</b>	<b>1 665 102</b>	<b>2 057 017</b>	<b>1 665 102</b>

- i. **2017** – Empréstimo contraído pela UNYLEYA com o banco Bradesco a uma taxa de 12,05% ano. Este empréstimo será amortizado em 12 parcelas mensais  
**2018** - Empréstimo contraído pela UNYLEYA com o banco Bradesco a uma taxa de 12,66% ano. Este empréstimo será amortizado em 12 parcelas mensais.
- ii. Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevocáveis sujeitos a encargos médios de 11% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 36 a 48 meses. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.
- iii. Determinados equipamentos foram adquiridos através do cartão BNDES sujeitos a encargos financeiros a uma taxa de 1,47% a.m..

## 16. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

No consolidado, o saldo da rubrica “fornecedores” é composto por fornecedores de materiais e serviços para os cursos de pós graduação EAD, por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos da Alumnus e do IMP, e por consultorias voltadas para a área de educação.

## 17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Controladora (BR GAAP)

Correntes	2018	2017
Responsabilidades a liquidar	1 484 444	563 525
Partes relacionadas	1 836 901	412 537
Tributos a pagar	47 445	72 838
Salários e encargos sociais a pagar (i)	2 179 198	1 918 634
Outros	1 704	-
	<b>5 549 691</b>	<b>2 967 534</b>

**(i) Salários e encargos sociais a pagar**

	2018	2017
Salários a pagar	570 988	507 849
INSS a recolher	276 053	242 957
FGTS a recolher	85 296	75 243
IRRF a recolher	130 149	134 403
Provisão de férias	826 292	739 611
Encargos sobre provisões	288 912	218 185
Outros	1 507	386
	<b>2 179 198</b>	<b>1 918 634</b>

**Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

	2018	2017
<b>Correntes</b>		
Responsabilidades a liquidar	2 761 034	1 059 442
Partes relacionadas	-	191 926
Tributos a pagar	211 993	334 801
Salários e encargos sociais a pagar (i)	5 003 280	3 960 028
Outros	42 902	44 457
	<b>8 019 209</b>	<b>5 590 655</b>

**(i) Salários e encargos sociais a pagar**

	2018	2017
Salários a pagar	1 302 736	1 086 632
INSS a recolher	536 254	429 738
FGTS a recolher	198 792	166 576
IRRF a recolher	222 794	200 490
Provisão de férias	2 035 981	1 602 994
Encargos sobre provisões	704 889	472 884
Outros	1 836	715
	<b>5 003 280</b>	<b>3 960 028</b>

**18. PROVISÕES**

A Companhia é parte envolvida em ações ou processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões para perdas cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos.

A movimentação das referidas provisões no exercício está demonstrada a seguir:

**Controladora (BR GAAP)**

	Saldo em 31-Dez-2017	Adições	Baixas	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Provisões para riscos e encargos</b>				
Equivalência patrimonial em participadas	9 448 086	6 925 796	(9 458 086)	6 915 796
Processos judiciais em curso	235 677	40 000	-	275 677
	<b>1 680 276</b>	<b>6 965 796</b>	<b>(9 458 086)</b>	<b>7 191 473</b>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2017	Adições	Baixas	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Provisões para riscos e encargos</b>				
Processos judiciais em curso	235 677	40 000	-	275 677
	<b>200 677</b>	<b>40 000</b>	-	<b>275 677</b>

**19. CAPITAL PRÓPRIO**

## a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$7.110.172 e é composto por 1.213.828 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas.

## 20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia utiliza 7 segmentos operacionais para diferenciação dos produtos oferecidos:

- ➔ Pós Graduação a Distância;
- ➔ Corporativo;
- ➔ IMP Preparatório;
- ➔ Editora Alumnus;
- ➔ Graduação;
- ➔ IMP Online
- ➔ Escola de Saúde

## Lucro Operacional – 2018

RESUMO	Pós Graduação	Corporativo	IMP Presencial	Editora Alumnus	Graduação	IMP Online	Escola de Saúde	Custos Indiretos	Total
Receita líquida	89 060 175	3 954 332	19 975 385	880 681	6 219 886	5 496 273	875 216	-	126 461 947
Custos Diretos	(23 905 182)	(97 569)	(8 419 035)	(801 648)	(3 118 855)	(2 340 010)	(767 327)	-	(39 449 625)
Custos de Estrutura	(14 882 404)	(780 625)	(8 087 311)	(243 574)	(6 380 536)	(1 216 094)	(1 082 905)	(11 797 637)	(44 471 087)
Depreciations	(2 222 116)	(22 469)	(241 243)	-	(765 744)	-	(93 085)	(958 139)	(4 302 797)
<i>Lucro operacional antes do resultado financeiro</i>	<i>48 050 473</i>	<i>3 053 668</i>	<i>3 227 796</i>	<i>(164 541)</i>	<i>(4 045 249)</i>	<i>1 940 169</i>	<i>(1 068 101)</i>	<i>(12 755 777)</i>	<i>38 238 438</i>

## Lucro Operacional – 2017

RESUMO	Pós Graduação	Corporativo	IMP Preparatório	Editora Alumnus	Graduação	Concursos EAD	Escola de Saúde	Custos Indiretos	Total
Receita líquida	77 040 729	2 870 121	20 417 282	1 008 989	3 618 770	1 559 070	-	-	106 514 961
Custos Diretos	(21 004 337)	(511 997)	(9 190 874)	(575 481)	(2 280 023)	(763 515)	(14 542)	-	(34 340 769)
Custos de Estrutura	(14 184 026)	(889 176)	(7 214 580)	(288 868)	(3 966 195)	(383 955)	(531 997)	(10 442 660)	(37 901 457)
Depreciations	(2 167 640)	(96 023)	(358 671)	-	(418 328)	-	(76 157)	(982 129)	(4 098 948)
<i>Lucro operacional antes do resultado financeiro</i>	<i>39 684 727</i>	<i>1 372 925</i>	<i>3 653 156</i>	<i>144 640</i>	<i>(3 045 776)</i>	<i>411 600</i>	<i>(622 696)</i>	<i>(11 424 789)</i>	<i>30 173 787</i>

## 21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Durante o exercício de 2018 e 2017 os custos e despesas tiveram a seguinte decomposição:

	2018	2017
Serviços de terceiros	(7 363 176)	(6 486 136)
Salários e encargos sociais	(34 695 772)	(28 754 979)
Custo dos produtos vendidos	(28 235 100)	(25 288 925)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4 923 723)	(7 027 019)
Depreciação e amortização	(6 285 116)	(4 098 948)
Publicidade e propaganda	(5 472 346)	(4 004 670)
Aluguel e condomínio	(9 012 734)	(8 707 309)
Viagens	(1 536 276)	(1 326 831)
Jurídico e provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(833 811)	(867 526)
Outros custos e despesas	(2 165 828)	(8 584 306)
	<b>(100 523 881)</b>	<b>(95 146 648)</b>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Gastos e perdas financeiros:</b>				
Juros suportados	(977 552)	(1 136 754)	(1 016 493)	(1 326 082)
	<b>(977 552)</b>	<b>(1 136 754)</b>	<b>(1 016 493)</b>	<b>(1 326 082)</b>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros:</b>				
Juros obtidos	1 129	12 211	1 489	12 290
	<b>1 129</b>	<b>12 211</b>	<b>1 489</b>	<b>12 290</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(976 423)</b>	<b>(1 124 543)</b>	<b>(1 015 004)</b>	<b>(1 313 792)</b>

## 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

### a) Crédito e débito com partes relacionadas (controladora)

	Ativo		Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Clientes	54 031	612 615	-	-
Outros activos não correntes	5 529 666	7 959 555	-	-
Outros passivos correntes	-	-	1 836 901	298 380
Fornecedores	-	-	43 262	-
Provisões	-	-	6 915 796	9 448 086
	<b>5 583 696</b>	<b>8 572 170</b>	<b>8 795 958</b>	<b>9 746 466</b>

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; de curto prazo a empregados e administradores, pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração (Conselheiros) e os diretores estatutários.

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração.

A remuneração dos diretores estatutários das subsidiárias, nos exercícios, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Salários "Pro-Labore"	94 000	94 000
	<b>94 000</b>	<b>94 000</b>